AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 548 /2026
TIPO: Menor preço global **UASG**: 985903
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12092/2026
DATA DA ABERTURA: 02/12/2026 às 09:00 horas
OBJETO: Registro de preços para seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme especificações, quantidades, condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.
VALOR GLOBAL: R$ 57.347,50
RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível no PNCP, no Portal Oficial da Prefeitura (www.pmspa.rj.gov.br) e no site www.gov.br/compras/pt-br.

ALINE SODRE DA SILVA:07320525720
Assinado de forma digital por ALINE SODRE DA SILVA:07320525720 Dados: 2026.11.16 10:18:07 -03'00'

Aline Sodré da Silva
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 548/2026

PROCESSO Nº 12092/2025

DATA DA REALIZAÇÃO: 02/12/2026

HORÁRIO: 09:00hs

CÓDIGO UASG: 985903

LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br/

O Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, mediante o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 472, de 20 de junho de 2024. O(A) Secretário(a) Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, I, da Lei Orgânica do Município combinado com o disposto no art. 57-B, da Lei Complementar nº 184, de 28 de dezembro de 2021,alterada pela Lei Complementar nº 201, de 20 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com a finalidade de fazer **REGISTRO DE PREÇOS** pelo período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de passagens rodoviárias, para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), seus equipamentos, ao Conselho Tutelar e aos Conselhos Municipais, pelo critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme o edital e seus anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar, será regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n° 133/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com a condições estabelecidas neste Edital e anexos.

SECRETARIA INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.

O Município de São Pedro da Aldeia/RJ, utilizará o Portal de Compras do Governo Federal, para realização desta licitação. A licitante deverá observar a data e horário previsto para abertura da sessão, conforme disposto abaixo:

ABERTURA DA SESSÃO: Às 09:00 horas, do dia 02/12/2026.
RECEBIMENTO DA PROPOSTA: até às 09:00 horas, do dia 02/12/2026.
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir 09:00 horas, do dia 02/12/2026.

Assinado Digitalmente por: ROBERTA SOUZA PINTO ETELVINO
Data: 2026.11.16 10:08:01 -03:00

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme especificações, quantidades, condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/21.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá à conta dos recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social aprovados para o exercício do ano de 2026, conforme abaixo:

Programa de Trabalho: 08.245.050.2.170, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, Ficha: 1013.

2.2. O valor global estimado é de R$ 57.347,50 (Cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

2.3. O valor estimado no Termo de Referência (Anexo I) é apurado na fase preparatória da contratação, conforme requisitos do artigo 18 da Lei Federal nº14.133/2021. Na presente licitação, o valor de referência a ser considerado se encontra na Planilha de Composição de Preço (Anexo II).

3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico compras@pmspa.rj.gov.br.

3.2. O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelo setor responsável pela elaboração do edital, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico compras@pmspa.rj.gov.br.

3.4. O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que estiverem previamente credenciadas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Pedro da Aldeia, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

4.4. A não observância do disposto nos itens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, oportunidade em que será exigida declaração de observância desse limite na forma do artigo 4º, §2º da Lei Federal n° 14.133/2021 (Anexo VI deste Edital).

4.6. Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública do Município de São Pedro da Aldeia, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21, não podendo participar ainda as que:

a) estiverem incursas na pena do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) aquele que não atenda as condições deste edital e/ou seus anexos;

c) aquele que esteja enquadrado em quaisquer das condições previstas no artigo 14 da lei 14.133/21;

d) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

e) apresentarem propostas com valor unitário e/ou global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme (Art. 59, inciso III) da Lei 14.133/21;

f) estejam sob falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação;

g) forem estrangeiras e não satisfizerem a exigência estipulada no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21;

h) estiverem reunidas em Consórcio e os concordatários, devido à natureza do objeto licitado e ao valor a ser contratado.

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8. No caso de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o mesmo impedimento se dará ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.9.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.10. É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus Anexos, somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexos e que estejam devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema na página eletrônica https://www.gov.br/compras/pt-br/, na forma definida pelo item 4 deste Edital e para os itens exclusivos, estiverem, nos termos do artigo 3°, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

4.13. A participação na presente licitação implica aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Ao participar do pregão eletrônico, o licitante manifesta o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

6.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.5. Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Havendo divergência entre o descritivo dos itens no Compras.gov e o Edital, prevalecerá o do Edital e seus Anexos.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada em conformidade com o modelo de proposta de preços constante no Anexo III deste Edital e também respeitando os seus termos em geral e enviada exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/

7.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá alterar ou retirar a proposta cadastrada no sistema eletrônico.

7.2.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado de cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7.3. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e artigo 4º da Lei Federal n° 14.133/2021, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, oportunidade em que será exigida Declaração de Observância desse Limite na forma do artigo 4º, §2º da Lei Federal n° 14.133/2021 (Anexo VI deste Edital).

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

7.5. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.5.1. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.5.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

7.6. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL. Será vedada a aceitação de propostas, cujo(s) preço(s) unitário(s) do(s) item (s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS – ANEXO II deste edital, ressalvado o disposto nos parágrafos 4º e 5º do art. 59, da lei 14.133/2021.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no site https://www.gov.br/compras/pt-br/

8.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31 do Decreto nº 10.024/2019.

8.9.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.9.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R$ 0,05 (cinco centavos), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal n° 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal n° 11.430/2023;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.12. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que tratam as cláusulas anteriores, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, através do sistema, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências de habilitação e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.3. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo de duas horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema Compras.gov, podendo ser prorrogado mediante solicitação encaminhada dentro do prazo inicialmente previsto e apresentação de justificativa, a qual será analisada pelo pregoeiro.

10.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.5. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se os valores unitários estimativos da contratação.

10.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário e/ou global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado, com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 59, III, da Lei n° 14.133/2021, ou com quantitativos inferiores ao máximo previsto neste Edital, em atendimento ao artigo 84, IV da Lei Federal n° 14.133/2021.

10.6.1. Conforme disposto no art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante melhor classificado, ao final da fase de lances, cuja proposta apresente valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela administração, deverá, no mesmo prazo da proposta readequada constante do item 10.3, apresentar demonstração detalhada de exequibilidade de sua proposta. A demonstração deverá conter, no mínimo:

a) Composição detalhada dos custos dos principais insumos e serviços que compõem a proposta;

b) Justificativas que comprovem a capacidade técnica, econômica e financeira de execução do objeto licitado nas condições ofertadas;

c) Outros documentos e informações que a administração julgar necessários para comprovar a viabilidade da proposta.

10.7. Será desclassificada a proposta que não corrigir, não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro, bem como não apresentar a comprovação de exequibilidade, esta última quando exigida, com a convocação dos próximos licitantes na ordem de classificação.

10.8. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação da licitante com a melhor proposta será julgada com base nos documentos encaminhados durante a sessão pública, após convocação do pregoeiro, concomitantemente à proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.1.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.2. O Pregoeiro verificará eventual descumprimento das vedações elencadas no item 4 deste edital, mediante consulta ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, IV, da Lei nº 14.133/21, e no Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. Poderá a administração pública, a seu livre critério, proceder consulta complementar a outros cadastros análogos.

11.3. As consultas previstas na condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

11.5. O exercício da prerrogativa prevista no item anterior importará, automaticamente, na autorização para divulgação do respectivo documento constante no SICAF, em conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, sendo a publicação realizada no Portal da Transparência, na aba destinada ao certame.

11.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto

na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, alterada pela IN nº 10, de 2020 e pela IN nº 107, de 2020.

11.7. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, alterada pela IN nº 10, de 2020 e pela IN nº 107, de 2020, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.8. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.9. A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.10. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos dos itens abaixo:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia de documento de identificação oficial dos sócios, com foto.

b) registro comercial, no caso de empresa individual.

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.

d) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "c", deste subitem.

e) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

f) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. (Art. 68, II da Lei Federal 14.133/21);

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2° do art. 642-A, Título VII-A da CLT (alterada pela Lei Federal n° 12.440/11), e Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Art. 68, IV e V da Lei Federal 14133/21);

e) declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não empregando servidor público em seu quadro, conforme **Anexo IV**.

f) no caso de Microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

f.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123 de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 155 de 2016).

f.2) O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

f.3) A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

f.4) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item f.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

III – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a licitante executou satisfatoriamente serviços compatíveis, em características e complexidade operacional, com o objeto da contratação, compreendendo a intermediação, reserva, emissão ou fornecimento de passagens rodoviárias.

a.2) A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

IV - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (fotocópias autenticadas extraídas do Livro Diário) e devidamente revestidos de todas as formalidades legais extrínsecas e intrínsecas e dos padrões contábeis geralmente aceitos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, desde que sejam acompanhados da respectiva memória de cálculo da atualização;

b) serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1) fotocópias autenticadas das Demonstrações Contábeis extraídas do Livro Diário com a devida numeração sequencial de páginas ou publicados em Diário Oficial ou jornal de grande circulação,

conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; art. 1.180 do mesmo diploma legal; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4) e Resolução CFC 686/90 (NBC T 3.1.1);
b.2) prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), conforme art. 1.181 da Lei nº 10.406/02;

b.3) assinatura do Contador e do representante legal da entidade no Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; §4º, art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4);

b.4) demonstrações de escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, conforme art. 1.179 da Lei nº 10.406/02; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.5);

b.5) boa situação financeira, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (ILC) decorrentes de análise de Balanço. Todos os índices analisados deverão ser maiores ou iguais que 01 (um), conforme **Anexo VI;**

b.6) Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações municipais, disposto na Lei complementar nº.153 de 18 de outubro de 2018, Art.48, parágrafo 5º.

c) empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal deverão comprovar sua capacidade econômico-financeira, através do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou Sped, com seus balancetes mensais, da data de sua abertura até o mês que imediatamente antecede ao do certame, assinado pelo contador da empresa e por seu representante legal, sob pena de inabilitação, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92;

d) para comprovação da legitimidade das Demonstrações Contábeis, conforme orientações básicas do Tribunal de Contas da União, estas devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante (ou outro órgão equivalente), com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento para complementar a instrução do processo, conforme art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. É facultado ainda à Comissão de Licitação a promoção de diligência ou a solicitação de quaisquer outros documentos considerados necessários para esclarecer ou complementar a instrução do processo;

e) as demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade;

f) Nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo constitui faculdade da Administração, condicionada à natureza do objeto e ao risco da contratação.

g) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica; ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física; ou Certidão Negativa de Distribuição e Certidão Negativa de Insolvência, expedidas pelo distribuidor da sede da Sociedade Simples.

h) No caso de Empresa em Recuperação Judicial, deverá ser apresentado plano de recuperação aprovado judicialmente, acompanhado de certidão de objeto e pé atualizada dos autos do processo em que se processa a referida recuperação judicial.

11.11. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

11.12. Os documentos remetidos por meio do Portal de Compras do Governo Federal poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

11.13. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, sito a Rua Marques da Cruz, nº 61, CEP 28941-086, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ.

11.14. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DOS RECURSOS E REABERTURA DA SESSÃO

12.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, para cada fase recursal, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza autoridade competente a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

12.3. Registrada a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.4. Não sendo o caso de retratação a ser realizado pelo pregoeiro, os recursos serão apreciados pela autoridade competente.

12.5. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.6.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.6.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.7. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.7.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.7.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do artigo 71, IV da Lei 14.133/2021.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, com renovação do saldo, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos moldes do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.3. O presente instrumento convocatório informa que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.1.4. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, no módulo Intenção de Registro de Preços - IRP do sistema Compras.gov.

14.2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.2.1. Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela Secretária Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da Ata de Registro de Preços:

a) Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
b) Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
b.1) Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
b.2) Mantiverem a sua proposta original.

14.2.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

14.2.3. O registro a que se refere o subitem 14.2.1, "b", tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.2.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.2.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 14.2.3 somente será efetuada quanto houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 13.4 deste Edital.

14.2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.2.7. Após a homologação da presente licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei Federal n° 14.133/2021.

14.2.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

14.2.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no subitem 14.2.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.2.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o subitem 14.3.1, b, b.1 aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.2.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.2.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, terá vigência 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade e será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

14.3. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

14.3.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.3.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.3.2.2. Na hipótese prevista no item 14.3.2.1, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Municipal n° 133/2023.

14.3.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto do item 14.4.2, "c" e do art. 29 do Decreto Municipal n° 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

14.3.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal n° 133/2023.

14.3.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.3.3.1. Para fins do disposto no item 14.3.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.3.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto item 14.4.1, "a" e do art. 28 do Decreto Municipal n° 133/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

14.3.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal n° 133/2023.

14.3.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal n° 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.3.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 14.3.3 e 14.3.3.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

14.3.3.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal n° 133/2023.

14.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.4.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 14.3.3.2 e do § 2º do art. 27 do Decreto Municipal n° 133/2023; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4.1.1. Na hipótese prevista na alínea "d" do item anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.4.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.4.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) por razão de interesse público;
b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 14.3.2.3 e § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Municipal n° 133/2023.

14.5. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços - ARP poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.5.1.1. O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5.1.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput.

14.5.1.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Municipal n° 133/2023.

14.5.1.4. Para fins do disposto no item 14.5.1, competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.6.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram da Intenção de Registro de Preço poderão aderir àquela na condição de não participante, devendo ser observado, ainda, o disposto no art. 7º do Decreto Municipal n° 133/2023 e os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
c) consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

14.6.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

14.6.3. O processo de adesão deve ser instruído, no mínimo, com os seguintes elementos:

a) instrumentos preparatórios para as contratações previstos na Lei nº 14.133/21, especialmente estudo técnico preliminar, documento de formalização da demanda e termo de referência ou projeto básico;
b) análise qualitativa do objeto registrado, que demonstre atender, integralmente, às necessidades do órgão ou entidade aderente, em especial quanto às condições de execução, recebimento e pagamento e às garantias ofertadas;
c) justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
d) demonstração, por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/21, de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados no mercado;
e) prévia consulta ao órgão ou entidade gerenciadora e ao fornecedor;
f) ato formal de aceitação do órgão ou entidade gerenciadora, com expressa declaração de que a adesão pretendida está dentro dos limites legais (art. 86, §§ 4º e 5º da Lei nº 14.133/21);
g) ato formal de aceitação do fornecedor, com expressa declaração de que possui condições para atender à pretendida contratação decorrente da adesão sem prejuízo dos compromissos já assumidos; e
h) comprovação da realização de pesquisa de atas de registro de preços vigentes para o objeto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e justificativa da escolha, na eventual existência de alternativas.

14.6.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.6.5. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

14.6.6. Para as adesões à ata, deverão ser observados os limites estabelecidos no artigo 32 do Decreto Municipal n° 133/2023.

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão e Formalizada a Ata de Registro de Preços, havendo a necessidade de contratação pela Administração Pública, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

15.1.2. Nos casos de Microempresa e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato (Artigo 1º da Lei Completar nº 155/2016 que altera o Artigo 42 da Lei Complementar 123/2006).

15.2. O prazo para assinatura do contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

15.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

15.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser formalizado nos termos do contrato, através de remessa parcelada.

16.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado conforme as passagens efetivamente emitidas e devidamente atestadas pela fiscalização do contrato, mediante apresentação de nota fiscal pela contratada, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

17.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA, encaminhará a Secretaria gestora do contrato, a respectiva nota fiscal que será devidamente atestada pela Secretaria contratante. Para o primeiro pagamento, a nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada da Ordem de Fornecimento.

17.3. O pagamento será feito de acordo com o pedido, e o prazo não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da respectiva nota fiscal atestada pelo setor competente, mediante crédito em conta bancária indicada pela contratada.

17.4. O pagamento estará condicionado à regularidade fiscal da contratada junto aos órgãos competentes, verificada na data da liquidação da despesa, devendo apresentar os seguintes documentos:

17.4.1. Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;

17.4.2. Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);

17.4.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

17.4.4. Prova de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

17.4.5. Comprovante de Recolhimento de impostos incidentes sobre a execução do objeto. (ISS, PIS, CONFINS, FGTS, Simples Nacional, IR e Contribuição Social).

17.5. O processo administrativo de pagamento deverá observar as normas e procedimentos constantes na Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 do Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

18. DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

18.1. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de falha da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) a título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia, da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante e a data do efetivo pagamento.

18.2. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante.

19. DO REAJUSTE E REVISÃO

19.1. A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 14.133/21, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19.2. O critério de reajuste obedecerá a periodicidade anual através do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desde a data-base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do artigo 25, parágrafo 7º da Lei Federal nº 14.133/21.

20. DA RESCISÃO

20.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

20.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafos 1º a 2º, do mesmo instrumento legal.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

21.2.2. Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não excedendo, em seu total, o equivalente a 30% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

21.2.3. Impedimento de licitar e contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.4. A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.6. A penalidade por multa será:

21.6.1. De 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

21.6.2. De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

21.6.3. De 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

21.7. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

21.8. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

21.9. As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.10. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as

comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

21.10.1. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

22. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Requisitar a entrega do objeto, na forma prevista neste Edital e seus anexos;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, com a devida retenção dos impostos e valores correspondentes à conta vinculada;

f) Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades pela empresa Contratada;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, relacionados ao objeto pactuado;

h) Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas no Termo de Referência, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa.

II - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e legalmente habilitada para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, comprovando capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com o objeto da contratação.

b) O fornecimento das passagens rodoviárias deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio de ordem de fornecimento, contendo, no mínimo, itinerário, data, horário e quantidade solicitada.

c) As passagens rodoviárias fornecidas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

c.1) Ser válidas para os trechos, datas e horários indicados pela Administração;

c.2) Estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

c.3) Garantir o deslocamento seguro, regular e adequado dos usuários atendidos pelos equipamentos CRAS, CREAS e CEAM;

c.4) Não conter restrições que inviabilizem o embarque do usuário indicado pela Administração.

d) A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua do fornecimento, considerando o caráter essencial do serviço, inclusive para atendimento de demandas urgentes ou decorrentes de determinações judiciais.

e) A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento eficientes com a Administração, possibilitando a solicitação, confirmação, emissão e, quando necessário, remarcação das passagens, em prazos compatíveis com a natureza do serviço.

f) Quando aplicável, deverá ser assegurada a possibilidade de remarcação ou cancelamento das passagens, observadas as regras comerciais vigentes, desde que previamente solicitado pela Administração e devidamente justificado.

g) A contratada deverá manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e social exigidas na fase de habilitação.

h) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de fiscal designado, que verificará a conformidade do fornecimento das passagens com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

i) A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, não recaindo sobre a Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

j) Na hipótese de impossibilidade de fornecimento das passagens solicitadas, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da ordem de fornecimento, apresentando justificativa plausível, de modo a permitir a adoção das providências administrativas necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando caracterizada falha na execução contratual.

23. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

23.1. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal n° 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a o fornecimento dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.

23.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome e matrícula dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis**.**

23.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

23.5. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

23.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

23.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

23.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

23.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

23.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

23.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

23.12. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

23.13. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

23.14. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

23.15. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

23.16. Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

24. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que realizará o atesto da prestação dos serviços mediante a verificação da emissão das passagens, conforme as solicitações efetuadas por meio de ordem de fornecimento.

24.2. Para fins de recebimento definitivo, serão verificados os bilhetes emitidos, incluindo itinerário, data, horário, valores e demais informações pertinentes, bem como a conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

24.3. O recebimento definitivo ficará caracterizado após a conferência e validação das passagens emitidas, acompanhadas dos respectivos comprovantes de emissão (bilhetes ou documentos equivalentes).

24.4. Considerando a natureza do objeto, o recebimento provisório confunde-se com o recebimento definitivo, sendo este caracterizado pela conferência imediata da emissão das passagens, mediante verificação da conformidade com a ordem de fornecimento, incluindo itinerário, data, horário e valores, não havendo etapa posterior que justifique o recebimento em momentos distintos.

25. DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

25.1. O fornecimento das passagens, objeto desta licitação, deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

26. DA FISCALIZAÇÃO

26.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

26.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

26.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

26.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

26.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

26.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

26.7. Fiscalização Técnica:

26.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

26.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

26.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

26.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

26.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

26.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

26.7.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

26.7.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

27. DA FORMA DE FORNECIMENTO

27.1. O fornecimento das passagens, objeto desta licitação, deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

27.2. As passagens serão emitidas e entregues ao solicitante, através do e-mail, que será informado na Ordem de Fornecimento, dentro do prazo estabelecido acima.

27.3. Só serão recebidas as passagens que estejam de acordo com as especificações informadas no Termo de Referência e na ordem de fornecimento.

27.4. Não se aplica a subcontratação ao presente objeto, tendo em vista que a contratação consiste no fornecimento de passagens rodoviárias, caracterizado pela emissão de bilhetes por empresa intermediadora ou autorizada, sendo o serviço de transporte prestado diretamente pelas empresas operadoras do sistema rodoviário regular.

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

28.2. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 64, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021).

28.3. Fica assegurado à Autoridade Competente o direito de, no interesse da Administração Pública, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação em vigor.

28.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

28.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

28.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

28.7. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

28.8. Quaisquer dúvidas, eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente Pregão, poderão ser solicitados somente, através do Portal de Compras do Governo Federal, no campo próprio para formulação das perguntas.

28.9. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

28.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de São Pedro da Aldeia, sem prejuízo do disposto no art. no art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

28.11. Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso, e durante a sessão pública, observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

28.12. A Administração Pública de São Pedro da Aldeia disponibilizara a integra do edital, bem como o projeto básico em meio eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, e no Portal da Transparência do Município no site www.pmspa.rj.gov.br

29. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS RESPECTIVOS ANEXOS:

Anexo I	**Termo de Referência**
Anexo II	**Planilha de Composição de Preços**
Anexo III	**Planilha de Proposta de Preço**
Anexo IV	**Declaração que a Empresa Não Possui Servidor Público em seu Quadro**
Anexo V	**Declaração de Observância dos Limites de Faturamento Bruto para Enquadramento em Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**
Anexo VI	**Análise Econômico-Financeira**
Anexo VII	**Minuta da Ata de Registro de Preço**
Anexo VIII	**Minuta do Contrato**

30. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

30.1. Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 10.024/2019 e o Decreto Municipal nº 133/2023, bem como as demais legislações pertinentes.

31. DO FORO

31.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.

São Pedro da Aldeia, 16 de novembro de 2026.

_____
Juliano Böhm de Moraes
Matrícula nº 44864

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SASDH - PMSPA
Proc. Nº 12092/25
Folha Nº 323
Rubrica:

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12092/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para contratação de empresa, por meio do Sistema de Registro de Preços, para fornecimento de passagens rodoviárias destinadas ao atendimento de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, conforme a estimativa constante da Técnica Quantitativa e as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	Quant Min/Máx	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ MACAÉ	UNID	1/30	30	53,00	1.590,00
2	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência**	UNID	1/20	20	363,00	7.260,00

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS
SASDH - PMSPA
Proc. Nº 12092125
Folha Nº 324
Rubrica:

	Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica: • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ BELO HORIZONTE					
3	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ ITAPERUNA	UNID	1/05	05	150,00	750,00
4	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários**	UNID	1/15	15	105,00	1.575,00

	em situação de vulnerabilidade socioeconômica: • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ PETRÓPOLIS					
5	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ NOVA IGUAÇU (RJ)	UNID	1/10	10	122,00	1.220,00
6	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ SÃO PAULO	UNID	1/20	20	305,00	6.100,00

7	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ RIO DE JANEIRO	UNID	1/170	170	107,00	18.190,00
8	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ CAMPOS DOS GOYTACAZES	UNID	1/40	40	95,00	3.800,00
	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do					

9	**Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ NITEROI	UNID	1/50	50	102,00	5.100,00
10	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ JUIZ DE FORA	UNID	1/10	10	207,00	2.070,00
11	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher -**	UNID	1/10	10	119,00	1.190,00

	CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica: • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ DUQUE DE CAXIAS					
12	**Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica:** • PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ BARBACENA (MG)	UNID	1/5	05	198,00	990,00

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser formalizado nos termos do contrato, com o fornecimento das passagens de forma parcelada.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 3º, inciso II, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

2.2 A Assistência Social como Política Pública é organizada nos municípios levando em consideração a adoção de um conjunto de medidas que possibilitem afiançar direitos previstos em lei. Assim, visa o enfrentamento da pobreza, a proteção à família restabelecendo vínculos familiares, a garantia dos mínimos sociais e corrobora com o que preconiza a Constituição Federal de 1988 nas garantias de direitos individuais e coletivos. Também responsabiliza o Estado no sentido de garantir o atendimento ao cidadão.

2.3 Considerando que o transporte rodoviário constitui serviço essencial e de natureza contínua, sua contratação é indispensável para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, especialmente dos equipamentos CRAS, CREAS e CEAM. O serviço é utilizado para o translado de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica para seus municípios de origem, incluindo pessoas em situação de rua, migrantes, mulheres em situação de violência, bem como famílias acompanhadas por determinação judicial, com vistas ao restabelecimento e à preservação dos vínculos familiares.

2.4 Atualmente, encontra-se vigente o quinto termo aditivo do contrato de fornecimento de passagens rodoviárias, referente ao Processo nº 1836/2020, com término previsto para outubro de 2026. Ocorre que a Lei Federal nº 8.666/1993, em seu art. 57, inciso II, estabelece que os contratos de prestação de serviços contínuos podem ser prorrogados por períodos sucessivos, desde que o prazo total não ultrapasse 60 (sessenta) meses, incluídos o contrato inicial e seus aditivos. Dessa forma, alcançado o limite máximo legal de vigência, fica vedada a realização de nova prorrogação contratual, tornando necessária a instauração de novo procedimento administrativo para assegurar a continuidade do serviço.

2.5 A disponibilização de passagens rodoviárias é fundamental para a efetivação da política pública de Assistência Social, que visa à proteção social, à garantia de direitos e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993).

2.6 Diante do exposto, e considerando a proximidade do encerramento do atual contrato, bem como a impossibilidade legal de nova prorrogação, faz-se necessária a abertura de novo Processo Administrativo para contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens rodoviárias, garantindo a continuidade do atendimento às demandas desta Secretaria.

2.7 A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PCA 2026.

2.8. DA ESTIMATIVA QUANTITATIVA

2.8.1. A estimativa de 385 (trezentas e oitenta e cinco) passagens foi definida mediante a conjugação dos dados históricos disponíveis, da composição quantitativa do certame anterior e das características específicas da demanda socioassistencial atendida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

2.8.2. Os relatórios extraídos do sistema municipal identificaram pagamentos de R$ 11.267,50 no exercício de 2024 e de R$ 16.489,50 no exercício de 2025, resultando em média financeira anual de R$ 13.878,50. O sistema, contudo, não disponibiliza a quantidade física das passagens efetivamente emitidas nem sua discriminação por trecho, circunstância que impede a reprodução exata do consumo por destino.

2.8.3. Como parâmetro complementar, utilizou-se o certame anterior, que contemplou 385 passagens distribuídas entre 12 destinos, pelo valor global de R$ 45.092,50. A divisão do valor global pela quantidade prevista resulta no preço médio ponderado de R$ 117,12 por passagem. O confronto desse parâmetro com os pagamentos identificados corresponde à estimativa indireta de aproximadamente 96 passagens em 2024 e 141 passagens em 2025.

2.8.4. As quantidades obtidas por essa conversão não constituem limite máximo da necessidade administrativa, pois decorrem dos registros financeiros disponibilizados pelo sistema e não contemplam, necessariamente, a demanda reprimida nem os períodos de concentração sazonal dos atendimentos. A demanda por passagens é variável e sazonal, especialmente em razão do

atendimento e do retorno voluntário de pessoas em situação de rua ou de passagem pelo Município aos respectivos municípios de origem.

2.8.5. A Lei Municipal nº 2.657/2016 estabelece o atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social, residentes ou de passagem pelo Município, e prevê a concessão provisória de passagem de retorno ao município de origem como um dos benefícios eventuais.

2.8.6. Considerando a sazonalidade, a impossibilidade de previsão exata dos destinos e o risco de insuficiência contratual nos períodos de maior procura, adotou-se, como referência máxima de disponibilidade, a capacidade quantitativa do certame anterior, correspondente a 385 passagens. Esse quantitativo constitui estimativa máxima para os 12 meses de vigência e não representa obrigação de aquisição integral ou consumo mínimo.

2.8.7. Cada passagem será solicitada somente diante de demanda efetivamente apresentada, após avaliação técnica do caso e emissão da respectiva Ordem de Fornecimento, com pagamento limitado às passagens efetivamente emitidas e atestadas. A memória de cálculo detalhada consta do Anexo I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de passagens rodoviárias, por meio do Sistema de Registro de Preços, a fim de atender, de forma contínua e sob demanda, as necessidades de deslocamento de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pelos equipamentos CRAS, CREAS e CEAM, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

3.2. O fornecimento das passagens rodoviárias ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda apresentada pela Administração, mediante ordens de fornecimento, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo, o que garante maior flexibilidade administrativa e melhor adequação à variação das necessidades ao longo da vigência da contratação.

3.3. A solução contempla a emissão, disponibilização e, quando necessário, remarcação ou cancelamento de passagens rodoviárias, observadas as regras comerciais vigentes, assegurando o

atendimento adequado às situações ordinárias e emergenciais decorrentes da execução da política pública de assistência social.

3.4. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Administração, garantindo que o fornecimento das passagens atenda aos requisitos de qualidade, regularidade e segurança, bem como às normas legais e contratuais aplicáveis.

3.5. A solução proposta mostra-se adequada ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, por se tratar de serviço comum, de baixa complexidade operacional, com pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço, reduzindo riscos à Administração e assegurando a continuidade do atendimento aos usuários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato ou instrumento equivalente.

4.2 Qualificação Técnica

4.2.1 A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a licitante executou satisfatoriamente serviços compatíveis, em características e complexidade operacional, com o objeto da contratação, compreendendo a intermediação, reserva, emissão ou fornecimento de passagens rodoviárias.

4.2.3 A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

SASDH - PMSPA
Proc. Nº 12092/25
Folha Nº 333
Rubrica:

4.3 A contratada obriga-se:

4.3.2. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e legalmente habilitada para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, comprovando capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com o objeto da contratação.

4.3.3. O fornecimento das passagens rodoviárias deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio de ordem de fornecimento, contendo, no mínimo, itinerário, data, horário e quantidade solicitada.

4.3.4. As passagens rodoviárias fornecidas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:
I – Ser válidas para os trechos, datas e horários indicados pela Administração;
II – Estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
III – Garantir o deslocamento seguro, regular e adequado dos usuários atendidos pelos equipamentos CRAS, CREAS e CEAM;
IV – Não conter restrições que inviabilizem o embarque do usuário indicado pela Administração.

4.3.5 A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua do fornecimento, considerando o caráter essencial do serviço, inclusive para atendimento de demandas urgentes ou decorrentes de determinações judiciais.

4.3.6. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento eficientes com a Administração, possibilitando a solicitação, confirmação, emissão e, quando necessário, remarcação das passagens, em prazos compatíveis com a natureza do serviço.

4.3.7. Quando aplicável, deverá ser assegurada a possibilidade de remarcação ou cancelamento das passagens, observadas as regras comerciais vigentes, desde que previamente solicitado pela Administração e devidamente justificado.

4.3.8. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e social exigidas na fase de habilitação.

4.3.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de fiscal designado, que verificará a conformidade do fornecimento das passagens com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.10 A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, não recaindo sobre a Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

4.3.11. Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e o baixo risco de inadimplemento.

4.3.12. Na hipótese de impossibilidade de fornecimento da passagem solicitada, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, mediante justificativa, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento, de modo a permitir a adoção das providências administrativas necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis quando caracterizada falha na execução contratual.

4.4. Subcontratação

4.4.1 Não se aplica a subcontratação ao presente objeto, tendo em vista que a contratação consiste no fornecimento de passagens rodoviárias, caracterizado pela emissão de bilhetes por empresa intermediadora ou autorizada, sendo o serviço de transporte prestado diretamente pelas empresas operadoras do sistema rodoviário regular.

4.4.2 A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação,

o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.5 A contratante obriga-se a:

- Verificar, no prazo fixado, a conformidade das passagens emitidas e dos serviços prestados com as especificações constantes do edital, da proposta, deste Termo de Referência e da respectiva Ordem de Fornecimento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;
- Efetuar o pagamento no prazo previsto;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.6. DA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL

4.6.1. Embora o objeto esteja discriminado por destinos, quantidades e preços unitários próprios, os itens compõem solução operacional única, consistente na disponibilização contínua, centralizada e sob demanda de passagens rodoviárias.

4.6.2. A adjudicação individualizada por destino poderá resultar na contratação de fornecedores distintos, fragmentando os procedimentos de solicitação, confirmação, emissão, remarcação, cancelamento, faturamento e fiscalização, além de aumentar o risco de atraso, falha de comunicação ou descontinuidade, especialmente nas demandas urgentes e naquelas decorrentes de determinação judicial.

4.6.3. Alguns destinos possuem quantitativos reduzidos e baixa expressão financeira quando considerados isoladamente, o que pode diminuir sua atratividade comercial e ocasionar itens desertos ou fracassados. O agrupamento amplia a atratividade do conjunto e favorece a disponibilidade de todos os trechos durante a vigência da contratação.

4.6.4. A centralização em um único fornecedor possibilita canal único de atendimento, padronização dos procedimentos, controle consolidado dos saldos quantitativos e financeiros e redução dos custos administrativos de gestão e fiscalização.

4.6.5. O julgamento pelo menor preço global não afasta o controle dos preços unitários. Cada trecho permanecerá identificado por quantidade e preço unitário máximo aceitável, e o pagamento ficará restrito às passagens efetivamente emitidas e atestadas, impedindo que a redução do valor global encubra preço unitário superior ao admitido pela Administração.

4.6.6. Considera-se, portanto, demonstrada a vantagem técnica e econômica do agrupamento, bem como a inadequação da adjudicação individualizada dos destinos, nos termos do art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O fornecimento das passagens, objeto desta licitação, deverá ocorrer conforme solicitação, no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas,** a contar do **recebimento da ordem de fornecimento.**

5.2 As passagens serão emitidas e entregues ao solicitante, através do e-mail, que será informado na Ordem de Fornecimento, dentro do prazo estabelecido acima.

5.3 Somente serão aceitas as passagens que estiverem de acordo com as especificações deste Termo de Referência e da respectiva Ordem de Fornecimento.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Não estão previstas condições de guarda ou armazenamento para o presente objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. No caso de formalização de contrato, proveniente da Ata de Registro de Preços, o mesmo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à adoção das providências cabíveis. (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

7.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que realizará o atesto da prestação dos serviços mediante a verificação da emissão das passagens, conforme as solicitações efetuadas por meio de ordem de fornecimento.

8.2 Para fins de recebimento definitivo, serão verificados os bilhetes emitidos, incluindo itinerário, data, horário, valores e demais informações pertinentes, bem como a conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3 O recebimento definitivo ficará caracterizado após a conferência e validação das passagens emitidas, acompanhadas dos respectivos comprovantes de emissão (bilhetes ou documentos equivalentes).

8.4. Considerando a natureza do objeto, o recebimento provisório coincide com o recebimento definitivo, caracterizado pela conferência imediata das passagens emitidas e pela verificação de sua conformidade com a Ordem de Fornecimento, incluindo itinerário, data, horário e valores, não havendo etapa posterior que justifique o recebimento em momentos distintos.

Pagamento

8.5 O pagamento será efetuado conforme as passagens efetivamente emitidas e devidamente atestadas pela fiscalização do contrato, mediante apresentação de nota fiscal pela contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA, encaminhará a Secretaria gestora do contrato, a respectiva nota fiscal que será devidamente atestada pela Secretaria contratante. Para o primeiro pagamento, a nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada da Ordem de Fornecimento.

8.7. O pagamento será feito de acordo com o pedido, e o prazo não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da respectiva nota fiscal atestada pelo setor competente, mediante crédito em conta bancária indicada pela contratada.

8.8. O pagamento estará condicionado à regularidade fiscal da contratada junto aos órgãos competentes, verificada na data da liquidação da despesa, devendo apresentar os seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;
- Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Prova de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Comprovante de recolhimento dos tributos incidentes sobre a execução do objeto, quando aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado mediante licitação na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, observados os preços unitários máximos aceitáveis para cada item.

9.2. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, sem garantia de consumo mínimo ou obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante **R$ 49.835,00 (Quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais),** ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

10.2. Os preços inicialmente registrados e contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano, contado da data-base do orçamento estimado. Após o interregno anual, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. O reajustamento não se confunde com a revisão destinada ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, que poderá ser reconhecida quando presentes os pressupostos legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos:
Programa de Trabalho: 08.245.050.2.170, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, Ficha: 1013

São Pedro da Aldeia, 15 de setembro de 2026.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

GOVERNO MUNICIPAL São Pedro da Aldeia QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

SASDH - PMSPA
Proc. Nº 12092/25
Folha Nº 342
Rubrica:

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12092/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		
ELABORADOR TR	**MATRÍCULA**	**RUBRICA**
Dayanne da Silva Couto Pinheiro	48155	
REVISOR TR		
Thaísa Karinne de Melo Ribeiro Carneiro	45572	
SECRETÁRIA	**MATRÍCULA**	**RUBRICA**
Aline Manhães Rosa	42837	

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		
ELABORADOR TÉC QUANTITATIVA	**MATRÍCULA**	**RUBRICA**
Elbatana Mascarenhas	46633	
SECRETÁRIA	**MATRÍCULA**	**RUBRICA**
Aline Manhães Rosa	42837	

SASDH - PMSPA
Proc. Nº 12092/25
Folha Nº 343
Rubrica:

ANEXO I

TÉCNICA QUANTITATIVA

1. MEMÓRIA DE CÁLCULO

A estimativa foi construída com base nos pagamentos identificados nos exercícios de 2024 e 2025 e na estrutura quantitativa do certame anterior, adotada como referência histórica de capacidade. Os relatórios do sistema não apresentam o número de passagens emitidas nem a distribuição física por trecho; por isso, o consumo foi estimado indiretamente mediante preço médio ponderado.

Preço médio ponderado do certame anterior: R$ 45.092,50 ÷ 385 = R$ 117,12 por passagem.

Exercício	Valor pago	Preço médio	Consumo estimado	Observação
2024	R$ 11.267,50	R$ 117,12	96,21 passagens	Estimativa indireta
2025	R$ 16.489,50	R$ 117,12	140,79 passagens	Estimativa indireta
Média	R$ 13.878,50	R$ 117,12	118,50 passagens	Referência mínima

2. JUSTIFICATIVA DA CAPACIDADE MÁXIMA

O resultado médio não foi adotado como teto, porque os dados financeiros disponíveis não representam controle físico integral da demanda e não refletem sua sazonalidade. A necessidade de passagens depende dos casos concretos apresentados aos CRAS, CREAS e CEAM, inclusive de pessoas em situação de rua ou de passagem pelo Município, de situações urgentes e de determinações judiciais.

Diante da impossibilidade de antecipar com exatidão a ocorrência, o momento e o destino de cada atendimento, preservou-se a capacidade máxima de 385 passagens utilizada no certame anterior.

A quantidade funciona como limite de disponibilidade para os 12 meses da contratação e não como obrigação de aquisição, pois o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, sob demanda e sem consumo mínimo.

A distribuição quantitativa entre os 12 destinos reproduz a composição do certame anterior, único parâmetro físico disponível por trecho. A execução será controlada por Ordem de Fornecimento, e o pagamento será limitado às passagens efetivamente emitidas, conferidas e atestadas.

São Pedro da Aldeia, 15 de setembro de 2026.

Elbatana Mascarenhas
Diretora das Proteções Sociais Básica e Especial
Matrícula 46633

ANEXO II

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI
Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: FMAS
Processo Adm: 12092/2025 **Nº Edital:** 548/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico **Tipo de Licitação:** Menor preço global
Data: 02/12/2026 **Horário:**
Objeto:
Tipo de Benefício: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativa

Item	Produto	Und.	Qtd	Vl. Estimado	Vl. Total
1	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid	30,00	58,0000	1.740,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA / MACAÉ				
2	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid	20,00	371,5000	7.430,00
Descr:	SÃO PEDRO DA ALDEIA /BELO HORIZONTE				
3	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid	5,00	165,0000	825,00
Descr:	PASSAGENS RODOVIÁRIAS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ ITAPERUNA				
4	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid	15,00	152,5000	2.287,50
Descr:	SÃO PEDRO DA ALDEIA/ PETRÓPOLIS				
5	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid	10,00	141,0000	1.410,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ NOVA IGUAÇU				

Sistema Desenvolvido pela Modernização Pública Informática Ltda - (21)3848-0080

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: FMAS
Processo Adm: 12092/2025 **Nº Edital:** 548/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico **Tipo de Licitação:** Menor preço global
Data: 02/12/2026 **Horário:**
Objeto:
Tipo de Benefício: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativa

Item	Produto	Und.	Qtd	Vl. Estimado	Vl. Total
6	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid	20,00	347,5000	6.950,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ SÃO PAULO				
7	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid	170,00	128,5000	21.845,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA / RIO DE JANEIRO				
8	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid	40,00	122,5000	4.900,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ CAMPOS				
9	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid	50,00	108,5000	5.425,00
Descr:	PASSAGENS RODOVIÁRIAS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ NITEROI				
10	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid	10,00	207,0000	2.070,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/JUIZ DE FORA				

Sistema Desenvolvido pela Modernização Pública Informática Ltda - (21)3848-0080

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: FMAS
Processo Adm: 12092/2025 **Nº Edital:** 548/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico **Tipo de Licitação:** Menor preço global
Data: 02/12/2026 **Horário:**
Objeto:
Tipo de Benefício: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativa

Item	Produto	Und.	Qtd	Vl. Estimado	Vl. Total
11	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid	10,00	122,0000	1.220,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/DUQUE DE CAXIAS				
12	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especia lizado de Atendimento à Mulher- CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid	5,00	249,0000	1.245,00
Descr:	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ BARBACENA				

Valor Global **57.347,50**

Sistema Desenvolvido pela Modernização Pública Informática Ltda - (21)3848-0080

ANEXO III

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____
Data: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____
Agência: _____ **Banco:** _____ **C/C:** _____

Un. Gestora: FMAS
Processo Adm: 12092/2025
Nº Edital: 548/2026
Data: 02/12/2026
Horário:

Objeto:
Tipo de Benefício: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativa

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor	Valor Total
1	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid		30,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA / MACAÉ					
2	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid		20,00		
Descr	SÃO PEDRO DA ALDEIA /BELO HORIZONTE					
3	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid		5,00		
Descr	PASSAGENS RODOVIÁRIAS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ ITAPE RUNA					
4	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid		15,00		
Descr	SÃO PEDRO DA ALDEIA/ PETRÓPOLIS					
5	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR	unid		10,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ NOVA IGUAÇU					
6	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid		20,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ SÃO PAULO					

Assinatura/Carimbo do Responsável

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____
Data: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____
Agência: _____ **Banco:** _____ **C/C:** _____

Un. Gestora: FMAS
Processo Adm: 12092/2025
Nº Edital: 548/2026
Data: 02/12/2026
Horário:

Objeto:
Tipo de Benefício: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativa

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor	Valor Total
7	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid		170,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA / RIO DE JANEIRO					
8	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid		40,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ CAMPOS					
9	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid		50,00		
Descr	PASSAGENS RODOVIÁRIAS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ NITER OI					
10	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid		10,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/JUIZ DE FORA					
11	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid		10,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/DUQUE DE CAXIAS					
12	Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preç os, pra fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREA S, dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher- CEAM, para tran slado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica , conforme estimativa apresentada na técnica quantitativa do TR.	unid		5,00		
Descr	PASSAGENS SÃO PEDRO DA ALDEIA/ BARBACENA					

Assinatura/Carimbo do Responsável

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____
Data: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____
Agência: _____ **Banco:** _____ **C/C:** _____

Un. Gestora: FMAS
Processo Adm: 12092/2025
Nº Edital 548/2026
Data: 02/12/2026
Horário:

Objeto:

Valor Total: _____

Por extenso: _____

Prazo de entrega do objeto conforme o edital
Validade da Proposta 60 dias
Condições de pagamento conforme o edital
Qualificação do representante legal:

_____
Assinatura/Carimbo do Responsável

ANEXO IV

(Papel timbrado da Empresa)

(Modelo)

DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA NÃO POSSUI SERVIDOR PUBLICO EM SEU QUADRO

Pregão Eletrônico nº 548/2026

A Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº xxxxxxxxxxxxxxx, por seu representante legal xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Local e Data

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Assinatura do representante legal e o
Carimbo do CNPJ da empresa

ANEXO V

(Papel timbrado da Empresa)

(Modelo)

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DE FATURAMENTO BRUTO PARA ENQUADRAMENTO EM MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão Eletrônico nº 548/2026

A Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº xxxxxxxxxxxxxxx, por seu representante legal xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que, no ano-calendário vigente, não possui contratos cujos valores não ultrapassam os limites estabelecidos pela Lei Complementar n° 123/2006 para fins de obtenção dos benefícios estabelecidos pela referida Lei, na forma do artigo 4º, §2º da Lei Federal n° 14.133/2021.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Local e Data

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Assinatura do representante legal e o
Carimbo do CNPJ da empresa

ANEXO VI

(Papel timbrado da Empresa)

(Modelo)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Pregão Eletrônico nº 548/2026

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente (ILC), liquidez geral (ILG) e solvência geral (SG).

ILC= Ativo Circulante
Passivo Circulante

ILG= Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

SG= Ativo Total
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Índice de Liquidez Corrente	Índice igual ou maior que 1,00
Índice de Liquidez Geral	Índice igual ou maior que 1,00
Solvência Geral	Índice igual ou maior que 1,00

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Local e Data

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Assinatura do representante legal e o
Carimbo do CNPJ da empresa

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Assinatura do Contador

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 548/2026

PROCESSO Nº 12092/2025

O **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, com sede na Rua Marques da Cruz nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.909.604/0001-74, neste ato representada pelo (a) Secretário (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro (a), portador (a) da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado (a) pela Portaria nº xxxxxxx, de xx de xxxxxxxxx de xxxxxx, no uso das atribuições que lhe conferem o art. xx do Decreto Municipal nº xxx, de xxxxxxxxxxx, publicado no Informativo São Pedro da Aldeia nº xxx, de xx de xxx de xxx, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo do Município, considerando a homologação, em xx de xxxxxxxxxx de xxxxxxxxxx, da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 533/2026, para **REGISTRO DE PREÇOS**, vinculado ao Processo Administrativo nº 12092/2025, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, doravante denominada(s) **FORNECEDOR(ES)**, de acordo com a classificação alcançada e na quantidade cotada, em atendimento às condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de materiais de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme especificações, quantidades, condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/21.

1.3. SECRETARIA INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.

2. DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. A partir desta data, observada a ordem de classificação, fica registrado o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o eventual fornecimento de xxxxxxxxxxxxxx.

Empresa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxxxx, representada por xxxxxxxxxxxxxxxxx, carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.2. 3.1. Os preços registrados, as especificações, as quantidades e as demais condições propostas são as que se seguem:

Da Ata de Registro de Preço:

Nome da Empresa							
LOTE	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**		**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
				mínima	**máxima**		

3.2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado (Anexo I da Ata).

3.3. Os preços e quantitativos dos licitantes que optarem por cotar seus bens ou serviços nos valores das suas propostas originais, observada a ordem de classificação no certame (Anexo I da Ata).

3.4. Por se tratar de registro de preços, o quantitativo mínimo/máximo previsto para demanda por esta administração, será conforme **planilha descritiva** constante no Termo de Referência em relação aos quantitativos registrados.

3.5. O registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, para formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, conforme art. 18º, III, § 1º do Decreto Municipal 133/2023.

4. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata terá a validade de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada, com renovação do saldo, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei 14.133/21**.**

4.2. Durante o prazo de validade da Ata, não haverá, por parte do Município, a obrigação de firmar contratações que dela possa advir, sendo facultada a opção de realização de novo certame licitatório específico para a aquisição do serviço pretendido.

4.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21, o Município poderá, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e realizar outro processo licitatório.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, na condição de Órgão Gerenciador do Registro de Preços, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle da presente Ata.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas

6.2.2. Na hipótese prevista no item 6.2.1, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Municipal n° 133/2023**.**

6.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto do item 7.5, "c" e do art. 29 do Decreto Municipal n° 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal n° 133/2023.

6.2.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.6. Para fins do disposto no item anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 28 do Decreto Municipal n° 133/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal n° 133/2023.

6.2.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal n° 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.10. Na hipótese de comprovação do disposto no item 6.2.5 e 6.2.6, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.11. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal n° 133/2023.

6.2.12. Durante a validade da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis a cada caso.

6.2.13. Para reajuste, o critério obedecerá a **periodicidade anual** através do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desde a **data-base vinculada ao orçamento estimado**, consoante artigo 82, § 5º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto Municipal n° 133/2023; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021**.**

7.2. Na hipótese prevista na alínea "d" do item anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação**.**

7.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) por razão de interesse público;
b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.2.3 e § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Municipal n° 133/2023.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços - ARP poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços**.**

8.2. O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Municipal n° 133/2023.

8.5. Para fins do disposto no item 8.1, competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram da Intenção de Registro de Preço poderão aderir àquela na condição de não participante, devendo ser observado, ainda, o disposto no art. 7º do Decreto Municipal n° 133/2023 e os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
c) consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

9.2. O processo de adesão deve ser instruído, no mínimo, com os seguintes elementos:

a) instrumentos preparatórios para as contratações previstos na Lei nº 14.133/21, especialmente estudo técnico preliminar, documento de formalização da demanda e termo de referência ou projeto básico;
b) análise qualitativa do objeto registrado, que demonstre atender, integralmente, às necessidades do órgão ou entidade aderente, em especial quanto às condições de execução, recebimento e pagamento e às garantias ofertadas;
c) justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
d) demonstração, por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/21, de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados no mercado;
e) prévia consulta ao órgão ou entidade gerenciadora e ao fornecedor;
f) ato formal de aceitação do órgão ou entidade gerenciadora, com expressa declaração de que a adesão pretendida está dentro dos limites legais (art. 86, §§ 4º e 5º da Lei nº 14.133/21);
g) ato formal de aceitação do fornecedor, com expressa declaração de que possui condições para atender à pretendida contratação decorrente da adesão sem prejuízo dos compromissos já assumidos; e
h) comprovação da realização de pesquisa de atas de registro de preços vigentes para o objeto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e justificativa da escolha, na eventual existência de alternativas.

9.3. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.5. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.6. Para as adesões à ata, deverão ser observados os limites estabelecidos no artigo 32 do Decreto Municipal n° 133/2023.

10. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A publicação resumida desta Ata de registro de Preços, é condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o 5º (quinto) dia útil ao de sua assinatura.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Órgão Gerenciador poderá, desde que seja conveniente aos interesses administrativos, cancelar a Ata de Registro de Preços, tendo o licitante o direito de contraditório e ampla defesa.

11.2. O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do Órgão Gerenciador.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA:

12.1.1 Requisitar a entrega do objeto, na forma prevista neste Edital e seus anexos;

12.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, com a devida retenção dos impostos e valores correspondentes à conta vinculada;

12.1.6 Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades pela empresa Contratada;

12.1.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, relacionados ao objeto pactuado;

12.1.8 Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas no Termo de Referência, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa.

12.2 DO FORNECEDOR:

12.2.1. Executar A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e legalmente habilitada para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, comprovando capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com o objeto da contratação.

12.2.2. O fornecimento das passagens rodoviárias deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio de ordem de fornecimento, contendo, no mínimo, itinerário, data, horário e quantidade solicitada.

12.2.3. As passagens rodoviárias fornecidas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

12.2.3.1. Ser válidas para os trechos, datas e horários indicados pela Administração;

12.2.3.2. Estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

12.2.3.3. Garantir o deslocamento seguro, regular e adequado dos usuários atendidos pelos equipamentos CRAS, CREAS e CEAM;

12.2.3.4. Não conter restrições que inviabilizem o embarque do usuário indicado pela Administração.

12.2.4. A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua do fornecimento, considerando o caráter essencial do serviço, inclusive para atendimento de demandas urgentes ou decorrentes de determinações judiciais.

12.2.5. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento eficientes com a Administração, possibilitando a solicitação, confirmação, emissão e, quando necessário, remarcação das passagens, em prazos compatíveis com a natureza do serviço.

12.2.6. Quando aplicável, deverá ser assegurada a possibilidade de remarcação ou cancelamento das passagens, observadas as regras comerciais vigentes, desde que previamente solicitado pela Administração e devidamente justificado.

12.2.7. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e social exigidas na fase de habilitação.

12.2.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de fiscal designado, que verificará a conformidade do fornecimento das passagens com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.2.9. A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, não recaindo sobre a Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

12.2.10. Na hipótese de impossibilidade de fornecimento das passagens solicitadas, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da ordem de fornecimento, apresentando justificativa plausível, de modo a permitir a adoção das providências administrativas necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando caracterizada falha na execução contratual.

13. PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

13.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

I) 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

13.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

13.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

13.7. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Município de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

13.8. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

13.9. As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

13.10. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

13.10.1 A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

14. DA FORMA DE FORNECIMENTO

14.1 O fornecimento das passagens, objeto desta licitação, deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

14.2 As passagens serão emitidas e entregues ao solicitante, através do e-mail, que será informado na Ordem de Fornecimento, dentro do prazo estabelecido acima.

14.3 Só serão recebidas as passagens que estejam de acordo com as especificações informadas no Termo de Referência e na ordem de fornecimento.

14.4 Não se aplica a subcontratação ao presente objeto, tendo em vista que a contratação consiste no fornecimento de passagens rodoviárias, caracterizado pela emissão de bilhetes por empresa intermediadora ou autorizada, sendo o serviço de transporte prestado diretamente pelas empresas operadoras do sistema rodoviário regular.

15 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser formalizado nos termos do contrato, através de remessa parcelada.
15.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. CONDIÇÕES E PRAZOS DE RECEBIMENTO

16.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que realizará o atesto da prestação dos serviços mediante a verificação da emissão das passagens, conforme as solicitações efetuadas por meio de ordem de fornecimento.
16.2. Para fins de recebimento definitivo, serão verificados os bilhetes emitidos, incluindo itinerário, data, horário, valores e demais informações pertinentes, bem como a conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.
16.3. O recebimento definitivo ficará caracterizado após a conferência e validação das passagens emitidas, acompanhadas dos respectivos comprovantes de emissão (bilhetes ou documentos equivalentes).

16.4. Considerando a natureza do objeto, o recebimento provisório confunde-se com o recebimento definitivo, sendo este caracterizado pela conferência imediata da emissão das passagens, mediante verificação da conformidade com a ordem de fornecimento, incluindo itinerário, data, horário e valores, não havendo etapa posterior que justifique o recebimento em momentos distintos.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*);

17.7. Fiscalização Técnica:

17.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

17.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

17.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

17.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

17.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

17.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

17.7.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

17.7.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

18. DO FUNDAMENTO LEGAL

18.1. A presente Ata de Registro de Preços será regida pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com a condições estabelecidas neste Edital e anexos.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

E por assim, por estarem justos e contratados, assinam a presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, para todos os fins de direito previstos, na presença de duas testemunhas, os abaixo identificados.

São Pedro da Aldeia, xx de xxxxxxxxxxxxx de 20xx.

_____

Nome do (a) Secretário (a)
Secretaria
Órgão Gerenciador

_____

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

1ª: _____

Anexo I da ATA

CADASTRO DE RESERVA

À
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ
CNPJ.: 28.909.604/0001-74 Data: / /

Nome da Empresa:
CNPJ ou CPF:
Endereço:
E-mail e telefone**:**

1) Para fins do Cadastro de Reserva, informo o interesse em cotar os preços e quantitativos do:

( ) Valor adjudicado
( ) Valor de proposta original.

Nome da Empresa							
LOTE	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**		**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
				mínima	**máxima**		

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 12092/2025

CONTRATO Nº xxxx/20xx

Por este Termo de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente denominado como **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede social à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, tem como representante legal o Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente designada como **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o que se segue, que mutuamente aceitem e se obrigam a cumprir mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A **CONTRATADA**, vencedora da licitação do tipo menor preço global, pelo Sistema de Registro de Preços, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 533/2026, obriga-se ao fornecimento de passagens rodoviárias, para utilização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM, para translado de usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme especificações, quantidades, condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO: O valor global deste contrato é de **R$ xxxxxxxxxxxxxxxx** conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado conforme as passagens efetivamente emitidas e devidamente atestadas pela fiscalização do contrato, mediante apresentação de nota fiscal pela contratada, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA, encaminhará a Secretaria gestora do contrato, a respectiva nota fiscal que será devidamente atestada pela Secretaria contratante. Para o primeiro pagamento, a nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada da Ordem de Fornecimento.

Parágrafo Primeiro - No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice de correção monetária IPCA – IBGE.

Parágrafo Segundo - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo Quarto - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Quinto - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Parágrafo Sexto - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas;
c) Certificado de Regularidade com o FGTS.

Parágrafo Sétimo - Constatando-se, junto ao SICAF, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Oitavo - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Parágrafo Nono - Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal; Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011; Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Comprovante de Recolhimento dos Impostos Incidentes sobre a execução do objeto (ISS, PIS, COFINS, FGTS, Simples Nacional, IR e Contribuição Social, sendo estes dois últimos trimestralmente); Boletim de Medição; todos dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Parágrafo Décimo - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Décimo Primeiro - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Décimo Segundo - O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo Contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura,apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

Parágrafo Décimo Terceiro - Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

Parágrafo Décimo Quarto - O processo administrativo de pagamento deverá observar as normas e procedimentos constantes na Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 do Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E REVISÃO: A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 14.133/21, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Primeiro - O critério de reajuste obedecerá a periodicidade anual através do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data-

base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do artigo 25, parágrafo 7º da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os preços apresentados terão os seus valores em reais e ocorrerá pela dotação: xxxxxxxxxxxxxxxxxx; elemento de despesa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; ficha: xxxxxxxxx, da Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO: A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que realizará o atesto da prestação dos serviços mediante a verificação da emissão das passagens, conforme as solicitações efetuadas por meio de ordem de fornecimento.

Parágrafo Primeiro - Para fins de recebimento definitivo, serão verificados os bilhetes emitidos, incluindo itinerário, data, horário, valores e demais informações pertinentes, bem como a conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - O recebimento definitivo ficará caracterizado após a conferência e validação das passagens emitidas, acompanhadas dos respectivos comprovantes de emissão (bilhetes ou documentos equivalentes).

Parágrafo Terceiro - Considerando a natureza do objeto, o recebimento provisório confunde-se com o recebimento definitivo, sendo este caracterizado pela conferência imediata da emissão das passagens, mediante verificação da conformidade com a ordem de fornecimento, incluindo itinerário, data, horário e valores, não havendo etapa posterior que justifique o recebimento em momentos distintos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do recebimento da primeira Ordem de Fornecimento emitida pelo Contratante, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 105 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafos 1º a 2º, do mesmo instrumento legal.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

I) Advertência;
II) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
III) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
IV) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas nas alíneas "II" e "III" observará os seguintes parâmetros:

I) 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Quarto - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quinto - As sanções previstas nas alíneas "I", "IV" e "V" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "II" e "III", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Sexto - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Município de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Sétimo - O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

Parágrafo Oitavo – As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

Parágrafo Nono - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

Parágrafo Décimo - A **Contratada** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primero - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Requisitar a entrega do objeto, na forma prevista neste Edital e seus anexos;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, com a devida retenção dos impostos e valores correspondentes à conta vinculada;

f) Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades pela empresa Contratada;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, relacionados ao objeto pactuado;

h) Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas no Termo de Referência, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e legalmente habilitada para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, comprovando capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com o objeto da contratação.

b) O fornecimento das passagens rodoviárias deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, por meio de ordem de fornecimento, contendo, no mínimo, itinerário, data, horário e quantidade solicitada.

c) As passagens rodoviárias fornecidas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

c.1) Ser válidas para os trechos, datas e horários indicados pela Administração;

c.2) Estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

c.3) Garantir o deslocamento seguro, regular e adequado dos usuários atendidos pelos equipamentos CRAS, CREAS e CEAM;

c.4) Não conter restrições que inviabilizem o embarque do usuário indicado pela Administração.

d) A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua do fornecimento, considerando o caráter essencial do serviço, inclusive para atendimento de demandas urgentes ou decorrentes de determinações judiciais.

e) A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento eficientes com a Administração, possibilitando a solicitação, confirmação, emissão e, quando necessário, remarcação das passagens, em prazos compatíveis com a natureza do serviço.

f) Quando aplicável, deverá ser assegurada a possibilidade de remarcação ou cancelamento das passagens, observadas as regras comerciais vigentes, desde que previamente solicitado pela Administração e devidamente justificado.

g) A contratada deverá manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e social exigidas na fase de habilitação.

h) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de fiscal designado, que verificará a conformidade do fornecimento das passagens com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

i) A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, não recaindo sobre a Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

j) Na hipótese de impossibilidade de fornecimento das passagens solicitadas, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da ordem de fornecimento, apresentando justificativa plausível, de modo a permitir a adoção das providências administrativas necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando caracterizada falha na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO: O fornecimento das passagens, objeto desta licitação, deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA FORMA DE FORNECIMENTO: O fornecimento das passagens, objeto desta licitação, deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

Parágrafo Primeiro - As passagens serão emitidas e entregues ao solicitante, através do e-mail, que será informado na Ordem de Fornecimento, dentro do prazo estabelecido acima.

Parágrafo Segundo - Só serão recebidas as passagens que estejam de acordo com as especificações informadas no Termo de Referência e na ordem de fornecimento.

Parágrafo Terceiro - Não se aplica a subcontratação ao presente objeto, tendo em vista que a contratação consiste no fornecimento de passagens rodoviárias, caracterizado pela emissão de bilhetes por empresa intermediadora ou autorizada, sendo o serviço de transporte prestado diretamente pelas empresas operadoras do sistema rodoviário regular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGIME DE FORNECIMENTO: O presente contrato ocorrerá de forma parcelada, sob demanda e mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 10.024/2019 e o Decreto municipal nº 133/2023, bem como as demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 20xx.

_____ _____

CONTRATANTE **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: _____

_____